

**Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Ministerial – Área Processual**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '08', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A essência do conhecimento consiste em aplicá-lo, uma vez possuído.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o início da crônica **“Sobre o inferno”**, de Rubem Braga, para responder às questões de números 1 a 6.

“O Inferno são os outros” – diz esse desagradável senhor Sartre no final de Huis Clos, e eu respondo: “eu que o diga!” Hoje estou com pendor para confissões; vontade de abrir meu peito em praça pública; quem for pessoa discreta, e se aborrecer com derrames desses, tenha a bondade de não continuar a ler isto.

Conheci um homem que estava tão apaixonado, tão apaixonado por uma mulher (acho que ela não gostava dele), que uma vez estávamos nós dois num bar e no meio da conversa ele disse fremente:

– Isso é o maior verso da língua portuguesa!

Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. Havia conversas na mesa ao lado, ruídos vários lá dentro, autos e ônibus que passavam, um bonde na outra rua, um violoncelo tocando num rádio qualquer, e lá no finzinho disso, longe, longe, um outro rádio com o samba que mal se podia ouvir e só era reconhecível pelos fragmentos de música que nos chegavam. O maior verso da língua portuguesa estava na letra daquele samba e avisava que “Emília, Emília, Emília, eu não posso mais”.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **200 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro: Record, 2017)

1. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

- (A) Isso é o maior verso da língua portuguesa! (3^o parágrafo)
- (B) um outro rádio com o samba (4^o parágrafo)
- (C) tenha a bondade de não continuar a ler isto. (1^o parágrafo)
- (D) e eu respondo: “eu que o diga!” (1^o parágrafo)
- (E) tenha a bondade de não continuar a ler isto. (1^o parágrafo)

2. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. (4^o parágrafo).

Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

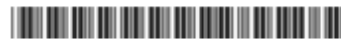
- (A) ouvi.
- (B) ouvia.
- (C) ouço.
- (D) ouça.
- (E) ouviu.

3. O cronista dirige-se diretamente a seu leitor (incluindo-o no próprio texto de sua crônica) no seguinte trecho:

- (A) quem for pessoa discreta, e se aborrecer com derrames desses, tenha a bondade de não continuar a ler isto. (1^o parágrafo)
- (B) estávamos nós dois num bar e no meio da conversa ele disse fremente: – Isso é o maior verso da língua portuguesa! (2^o/3^o parágrafos)
- (C) Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. (4^o parágrafo)
- (D) Hoje estou com pendor para confissões; vontade de abrir meu peito em praça pública; (1^o parágrafo)
- (E) “O Inferno são os outros” – diz esse desagradável senhor Sartre no final de Huis Clos, e eu respondo: “eu que o diga!” (1^o parágrafo)

4. O cronista faz uso da figura de linguagem conhecida como hipérbole no seguinte trecho:

- (A) Havia conversas na mesa ao lado, ruídos vários lá dentro (4^o parágrafo).
- (B) um outro rádio com o samba que mal se podia ouvir e só era reconhecível pelos fragmentos de música que nos chegavam (4^o parágrafo).
- (C) Hoje estou com pendor para confissões; vontade de abrir meu peito em praça pública (1^o parágrafo).
- (D) uma vez estávamos nós dois num bar (2^o parágrafo).
- (E) Ele então pediu silêncio, e que ouvisse (4^o parágrafo).



5. – *Isso é o maior verso da língua portuguesa!*
Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. (3^o/4^o parágrafos)

Nesse trecho, o cronista narra uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) *pediu.*
 (B) *escutara.*
 (C) *ouvisse.*
 (D) *é.*
 (E) *fiquei.*
-
6. Verifica-se o emprego de palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação em:
- (A) *Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum* (4^o parágrafo).
 (B) *só era reconhecível pelos fragmentos de música que nos chegavam* (4^o parágrafo).
 (C) *um outro rádio com o samba que mal se podia ouvir* (4^o parágrafo).
 (D) *quem for pessoa discreta [...] tenha a bondade de não continuar a ler isto* (1^o parágrafo).
 (E) *“O Inferno são os outros” – diz esse desagradável senhor Sartre* (1^o parágrafo).

Atenção: Considere o poema **A poesia**, de Francisco Alvim, para responder às questões de números 7 a 9.

*Houve um tempo
 em que Schimdt e Vinicius
 dividiam as preferências
 como maior poeta do Brasil.
 Quando, por unanimidade ou quase,
 nesse jogo tolo
 de se querer medir tudo,
 Drummond foi o escolhido,
 ele comentou:
 alguém já me mediu
 com fita métrica
 para saber se de fato sou
 o maior poeta?*

*Estava certo.
 Pois a poesia
 quando ocorre
 tem mesmo a perfeição
 do metro –
 nem o mais
 nem o menos
 – só que de um metro nenhum
 Um metro de nada*

(ALVIM, Francisco. **Boa companhia: poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003)

7. No poema,
- (A) exalta-se a poesia que busca a perfeição formal, valorizando-se a métrica em detrimento do conteúdo.
 (B) dirige-se com ironia aos poetas Schimdt e Vinicius, cuja exacerbada vaidade contrasta com a modéstia de Drummond.
 (C) alude-se à necessidade, defendida por Drummond, de a poesia abordar temas socialmente relevantes.
 (D) critica-se a tendência de se comparar a grandeza de poetas, desconsiderando-se a dimensão intangível da poesia.
 (E) defende-se que a poesia pode surgir a partir de elementos aparentemente banais do cotidiano, como uma fita métrica.



8. O sujeito da forma verbal "mediu" (verso 10) é:
- (A) *alguém.*
 - (B) *jogo.*
 - (C) *poeta.*
 - (D) *fita métrica.*
 - (E) *Drummond.*
-
9. Considerado o contexto, a expressão "só que" (verso 21)
- (A) foi empregada para realçar a frase, sendo desnecessária ao sentido.
 - (B) foi empregada em sentido figurado.
 - (C) introduz uma oposição ao que foi afirmado antes.
 - (D) expressa ideia de temporalidade.
 - (E) tem o mesmo valor semântico de "apenas".

Atenção: Considere o trecho do romance **A visão das plantas** para responder às questões de números 10 a 12.

Por maiores que fossem os cuidados do jardineiro, às plantas tanto lhes fazia viver ou morrer. Tanto lhes dava que ele se finasse no sono ou voltasse ao quintal todos os dias. Tanto lhes dava que tivesse encontrado nelas uma razão de viver ou as amasse.

Se lhes faltasse a rega, murchariam. Não seria por mal, não o levavam a mal. Nada esperavam dele. Se em vez das mãos do jardineiro Celestino viessem outras em seu auxílio, decerto notariam, mas não porque se tivessem afeiçoado aos dedos do capitão, ou porque entre homem e jardim se tivesse estabelecido uma amizade.

As plantas não estavam cientes da homologia. Desconheciam a sua forma e a ciência que as governava. Bebiam, existiam. Tinham até meio de se governarem sozinhas e de se manterem num compromisso com a terra, a chuva e o vento. Morresse o homem e, alforriadas, iniciariam a sua tomada da casa.

(ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **A visão das plantas**. Todavia, edição digital. Adaptado)

10. Na definição do gramático Evanildo Bechara, "a repetição de um termo da oração por outro de sentido e função equivalente se denomina pleonismo". (Lições de português pela análise sintática).
- Identifica-se pleonismo do objeto indireto no trecho:
- (A) *Tinham até meio de se governarem sozinhas.*
 - (B) *Se lhes faltasse a rega, murchariam.*
 - (C) *Desconheciam a sua forma e a ciência que as governava.*
 - (D) *Não seria por mal, não o levavam a mal.*
 - (E) *às plantas tanto lhes fazia viver ou morrer.*
-
11. A vírgula foi empregada para separar itens de uma enumeração no trecho:
- (A) *Se em vez das mãos do jardineiro Celestino viessem outras em seu auxílio, decerto notariam.*
 - (B) *Tinham até meio de se governarem sozinhas e de se manterem num compromisso com a terra, a chuva e o vento.*
 - (C) *Por maiores que fossem os cuidados do jardineiro, às plantas tanto lhes fazia viver ou morrer.*
 - (D) *Não seria por mal, não o levavam a mal.*
 - (E) *Se lhes faltasse a rega, murchariam.*
-
12. O texto enfatiza que
- (A) as plantas ressentem-se da falta de cuidados do jardineiro.
 - (B) as plantas são indiferentes às intenções do jardineiro.
 - (C) o jardineiro considera um fardo a obrigação de cuidar das plantas.
 - (D) o jardineiro menospreza a fragilidade das plantas.
 - (E) as plantas e o jardineiro são ligados por recíproca dependência.

**Legislação Institucional**

13. De acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo
- (A) Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de oito anos de serviço, indicados em lista quintupla, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
 - (B) Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
 - (C) Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República para mandato de quatro anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de oito anos de serviço, indicados em lista quintupla, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, vedada a recondução.
 - (D) Procurador-Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de cinco anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
 - (E) Procurador-Geral do Estado, nomeado pelo Presidente da República para mandato de quatro anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista quintupla, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, vedada a recondução.
-
14. De acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), são atribuições do Promotor de Justiça em matéria de infância e adolescência:
- (A) propor, em nome de incapazes, ação de alimentos contra pessoas obrigadas por lei a prestá-los.
 - (B) promover, por iniciativa própria ou provocação de terceiros, as ações tendentes à anulação de atos ou contratos lesivos aos interesses de incapazes.
 - (C) officiar nas causas relativas ao estado de pessoa, pátrio poder, tutela e curatela.
 - (D) officiar nos feitos contenciosos e nos procedimentos administrativos relativos a transladação de assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiro, efetuados em países estrangeiros.
 - (E) intervir nos processos que envolvam interesses de entidades públicas ou privadas que tenham por objetivo a proteção das crianças e adolescentes.
-
15. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), além de outras funções cometidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e demais leis, compete aos Promotores de Justiça, dentro de suas esferas de atribuições,
- (A) presidir os processos administrativos disciplinares no âmbito da administração direta, salvo quanto aos servidores militares e aos servidores policiais civis, mantido em relação a esses o controle finalístico.
 - (B) uniformizar a jurisprudência administrativa estadual, fixando-a através de pareceres normativos, a serem seguidos no âmbito da administração pública estadual, bem como fixar a interpretação da constituição, das leis, acordos, convênios e atos normativos, a ser uniformemente seguida pela administração estadual.
 - (C) atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis, bem como impetrar *habeas corpus* e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes.
 - (D) defender os acusados em processo disciplinar e atuar nos estabelecimentos prisionais, policiais, de internação e naqueles reservados a adolescentes, visando ao atendimento jurídico permanente dos presos provisórios, sentenciados, internados e adolescentes.
 - (E) promover a inscrição da dívida ativa do Estado, bem como proceder à sua cobrança judicial e extrajudicial e, ainda, defender os interesses do Estado junto aos contenciosos administrativos.
-
16. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), compete ao Conselho Superior do Ministério Público
- (A) indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade.
 - (B) recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público.
 - (C) decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar.
 - (D) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares.
 - (E) eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.

**Noções de Informática**

17. Um funcionário de um Ministério Público foi encarregado de criar uma apresentação no Microsoft PowerPoint 2019, em português, funcionando em condições ideais, para demonstrar os indicadores de produtividade e tempo de tramitação de processos das varas judiciais, garantindo acessibilidade, clareza e integração com os sistemas de dados do órgão. A ação mais adequada para essa finalidade é
- (A) integrar gráficos vinculados diretamente a planilhas do Excel, permitindo que a apresentação no PowerPoint seja atualizada automaticamente, caso os dados dos indicadores processuais sejam alterados, além de utilizar transições e elementos gráficos para melhorar a interpretação sem comprometer a formalidade institucional.
 - (B) inserir vídeos e áudios narrados para descrever os indicadores de tramitação, tornando a apresentação mais interativa e dinâmica para o público técnico-jurídico, mesmo que aumente o tamanho do arquivo e limite sua compatibilidade em sessões híbridas (presencial e remota).
 - (C) utilizar exclusivamente imagens capturadas de planilhas e relatórios no formato PNG para compor os slides, garantindo que os dados apresentados sejam visíveis, mesmo que não atualizados automaticamente.
 - (D) criar slides com texto corrido e listas numeradas para descrever os resultados obtidos pelas varas judiciais, dispensando recursos gráficos, pois informações textuais são mais formais e adequadas ao ambiente jurídico.
 - (E) inserir gráficos estáticos criados no Excel e colados como imagens no PowerPoint para ilustrar os resultados, assegurando a integridade dos dados apresentados, ainda que impossibilite atualizações automáticas.
-
18. No contexto de um Ministério Público que utiliza o Microsoft Windows 11 em suas estações de trabalho, os servidores devem fazer uso adequado dos aplicativos e recursos disponíveis no sistema para garantir produtividade, segurança e conformidade com as normas institucionais. Considerando boas práticas no ambiente público, a ação mais adequada é
- (A) desabilitar atualizações automáticas do Windows Update para evitar reinicializações inesperadas, garantindo maior tempo de operação contínua.
 - (B) utilizar qualquer conta de usuário local para acessar arquivos processuais em rede, desde que o servidor possua as credenciais da rede institucional.
 - (C) utilizar o aplicativo Bloco de Notas ou WordPad para anotar rapidamente informações não sigilosas durante audiências virtuais, evitando o uso de papéis soltos e mantendo o ambiente digital organizado.
 - (D) alterar configurações avançadas de segurança e permissões administrativas diretamente pelo Editor de Registro do Windows (regedit) para agilizar o acesso a sistemas corporativos.
 - (E) instalar aplicativos de terceiros para conversão de arquivos processuais em PDF, caso o servidor considere mais prático, independentemente da homologação ou recomendação institucional.
-
19. Um funcionário de um Ministério Público pretende dividir em três colunas um texto digitado no Microsoft Office 365 (Word), em português, funcionando em condições ideais e, posteriormente, inserir uma legenda. Para essas duas operações, inicialmente ele teve que acessar, respectivamente, as guias
- (A) Inserir e Correspondências.
 - (B) Inserir e Legendas.
 - (C) *Layout* e Correspondências.
 - (D) Inserir e Referências.
 - (E) *Layout* e Referências.
-

20. Considere uma planilha Microsoft Excel 2019, em português, funcionando em condições ideais, com a seguinte estrutura:

	A	B	C
1	Data menor	Data maior	Diferença em dias
2	30/03/2025	02/10/2027	902

O número 902 é a diferença, em dias, entre as duas datas e utiliza a função que retorna esse valor considerando um ano de 360 dias, isto é, 12 meses com 30 dias cada um, que é

- (A) =DIASDECORRIDOS(B2;A2)
- (B) =CONTADIAS360(A2;B2)
- (C) =SUBTRDIAS(B2;A2)
- (D) =DIAS360(A2;B2)
- (E) =DIFDIAS(A2;B2)

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Servidor público, em período de estágio probatório, invocou motivos de convicção religiosa para deixar de cumprir determinados deveres funcionais inerentes ao cargo que ocupa. Por meio de decisão fundamentada, tomada pela autoridade administrativa competente, foram estabelecidos critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais em questão pelo servidor, sem que a alteração tenha acarretado ônus desproporcional à Administração Pública. Nessas circunstâncias, em conformidade com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, referida decisão é
- (A) inadmissível, por criar situação de privilégio, em violação ao princípio da impessoalidade, sujeitando-se o servidor, que ainda não é estável, à perda do cargo, após avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade.
 - (B) inadmissível, por criar situação de privilégio, em violação ao princípio da impessoalidade, devendo acarretar a suspensão dos direitos políticos do servidor, enquanto se recusar a cumprir os deveres funcionais impostos igualmente a todos.
 - (C) admissível, desde que presente a razoabilidade da alteração e que não se caracterize o desvirtuamento do exercício das funções do servidor.
 - (D) admissível, desde que as obrigações alternativas estejam previstas em lei, sujeitando-se o servidor à suspensão dos direitos políticos, caso se recuse a cumpri-las.
 - (E) inadmissível, por violar o princípio da laicidade do Estado, que estabelece a separação entre Estado e religião, somente ressalvada, na forma da lei, para colaborações de interesse público.
-
22. Diante da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, emenda constitucional que introduza alterações no processo eleitoral entra em vigor
- (A) um ano após sua publicação, salvo disposição expressa em sentido contrário.
 - (B) no ano seguinte ao da sua publicação, somente se aplicando, no entanto, às eleições que ocorram depois de decorridos noventa dias da data em que seja publicada.
 - (C) na data de sua promulgação, salvo previsão expressa em sentido contrário, o que se aplica às emendas constitucionais, independentemente de seu conteúdo.
 - (D) na data de sua publicação, não se aplicando às suas disposições a regra da anterioridade eleitoral, restrita à legislação infraconstitucional que altere o processo eleitoral.
 - (E) na data de sua publicação, devendo observar, no entanto, a regra da anterioridade eleitoral, pela qual não se aplica à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
-
23. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se, como mecanismo de controle inerente à sistemática da separação de poderes,
- (A) a emissão de parecer, por comissão mista de Deputados Federais e Senadores, sobre as medidas provisórias, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) a sanção, pelo Presidente da República, a projeto de lei em que usurpada iniciativa privativa do chefe do Executivo, de modo a convalidar o vício de origem.
 - (C) o estabelecimento, por lei, de normas de competência e funcionamento interno de órgãos jurisdicionais, bem como de órgãos administrativos vinculados aos tribunais.
 - (D) a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.
 - (E) o aumento de vencimentos de servidores públicos, pelo Poder Judiciário, sob o fundamento da isonomia.
-
24. Determinada lei estadual estabelece que configura crime de responsabilidade, praticado por servidor público exercente de função de chefia, direção ou assessoramento no âmbito da Administração estadual, a ausência ou recusa de comparecimento quando convocado para prestar esclarecimentos perante Comissões Parlamentares de Inquérito da Assembleia Legislativa. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), referida lei é
- (A) inconstitucional, por invadir competência da União para editar normas gerais em matéria de competência legislativa concorrente, cabendo ser objeto de reclamação, perante o STF, em função do descumprimento de súmula vinculante sobre a matéria.
 - (B) constitucional, por se tratar de exercício regular de competência legislativa suplementar do Estado, para atender às suas peculiaridades, cabendo ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, perante o STF, diante da existência de controvérsia judicial relevante sobre sua aplicação.
 - (C) inconstitucional, por violar competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
 - (D) inconstitucional, por violar competência legislativa privativa da União, cabendo ser objeto de reclamação, perante o STF, em função do descumprimento de súmula vinculante sobre a matéria.
 - (E) inconstitucional, por invadir competência da União para editar normas gerais em matéria de competência legislativa concorrente, cabendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.



25. Em matéria de finanças públicas, a Constituição Federal prevê que
- (A) as disponibilidades de caixa de Estados, Distrito Federal e Municípios e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei complementar do ente respectivo.
 - (B) as condições e os limites para concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária deverão ser estabelecidos em lei complementar.
 - (C) o órgão central de contabilidade da União pode autorizar a aplicação de mecanismo de ajuste fiscal da vedação de admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, com vistas a assegurar a sustentabilidade da dívida pública dos entes da federação.
 - (D) União, Estados, Distrito Federal e Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos em lei complementar do ente respectivo.
 - (E) os entes da federação devem conduzir suas políticas fiscais de modo a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma estabelecida pelo órgão central de contabilidade da União.
26. Os países de origem de um homem e uma mulher residentes no Brasil requereram sua extradição, em função do comprovado envolvimento de ambos no tráfico ilícito de entorpecentes. Ele residia no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, e sem condenação criminal no período; ela, originária de país de língua portuguesa, havia se mudado para o Brasil há mais de um ano e, até então, gozava de idoneidade moral. Considerados esses elementos, à luz da Constituição Federal, em tese,
- (A) apenas ela poderá ser extraditada, uma vez que ele é considerado brasileiro, independentemente de requerimento, não se admitindo sua extradição na hipótese referida.
 - (B) ambos poderão ser extraditados, ainda que tenham adquirido nacionalidade brasileira e independentemente de terem se envolvido no tráfico de entorpecentes antes ou depois de sua naturalização.
 - (C) ambos poderão ser extraditados, uma vez que não preenchem as condições para requerer a naturalização brasileira, e somente se veda a extradição de estrangeiros por crime político ou de opinião.
 - (D) ambos poderão ser extraditados, embora sejam considerados brasileiros naturalizados, desde que se comprove que seu envolvimento no tráfico de entorpecentes tenha se dado antes da respectiva naturalização.
 - (E) apenas ele poderá ser extraditado, uma vez que ela é considerada brasileira, independentemente de requerimento, não se admitindo sua extradição na hipótese referida.
27. Considere o seguinte excerto de decisão de Tribunal superior, tomada em sede de recurso interposto em face de acórdão de segunda instância:
- "A questão em discussão consiste em saber se o piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública (CRFB/1988, art. 206, VIII) deve ser observado em contratações temporárias de profissionais do magistério público da educação básica. [...]*
- Constitui questão constitucional relevante definir se o piso nacional do magistério se aplica apenas aos profissionais da educação escolar pública com cargos efetivos, ou se também incide sobre as contratações temporárias. Grande volume de ações a respeito. [...]*
- Decisão: O Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão [...]. O Tribunal, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada [...]."*
- Nessa hipótese, considerados os elementos acima à luz dos dispositivos constitucionais e legais pertinentes,
- (A) o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.
 - (B) cuida-se de decisão para a qual se exige voto de dois terços dos membros do Tribunal, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, acerca da qual há controvérsia atual relevante, que acarreta grave insegurança jurídica e multiplicação de processos sobre questão idêntica.
 - (C) o Supremo Tribunal Federal examinou a admissão do recurso, que somente poderia ter sido recusado pela manifestação de dois terços de seus membros, e decidiu, no mérito, a questão constitucional suscitada.
 - (D) o presidente ou o vice-presidente do Tribunal de origem negará seguimento aos recursos extraordinários sobrestados na origem que versem sobre matéria idêntica.
 - (E) cuida-se de recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, em que demonstrada pelo recorrente a relevância da questão discutida no caso.
28. Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Ministro de Estado da Justiça será
- (A) dos juízes federais, por se tratar de ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.
 - (B) do Superior Tribunal de Justiça, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.
 - (C) do Supremo Tribunal Federal, se o ato coator houver sido praticado por delegação do Presidente da República, nas hipóteses em que admitida constitucionalmente.
 - (D) do Supremo Tribunal Federal, observadas as regras regimentais da Corte quanto à competência para julgamento e ao eventual cabimento de recursos.
 - (E) do Superior Tribunal de Justiça, sendo cabível a interposição de recurso ordinário, de competência do Supremo Tribunal Federal, se denegatória a decisão.

**Direito Administrativo**

29. Buscando ampliar a rede hospitalar de atendimento pelo SUS, a Secretaria de Estado da Saúde busca firmar um ajuste em que seja atribuído à contratada a criação e manutenção de infraestrutura de uma nova unidade hospitalar e, ao mesmo tempo, a prestação de serviços de caráter acessório, mantendo a execução das atividades finalísticas sob responsabilidade dos profissionais de saúde pertencentes à rede pública. Nessa hipótese, mostra-se adequada a adoção de
- (A) concessão comum.
 - (B) concessão patrocinada.
 - (C) convênio.
 - (D) termo de fomento.
 - (E) concessão administrativa.
-
30. A propósito do provimento dos cargos públicos, a jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que
- (A) a suspensão dos direitos políticos por decisão criminal transitada em julgado é causa de impedimento absoluto à nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público.
 - (B) somente por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
 - (C) é possível restringir, por ato administrativo, a idade para inscrição em concurso, desde que tal limitação possa ser justificada pelas atribuições do cargo a ser provido.
 - (D) é válido o estabelecimento de percentual de vagas exclusivas para candidatos do gênero masculino em concursos relacionados à área de segurança pública.
 - (E) o acesso aos cargos públicos pelos estrangeiros é direito de eficácia contida e aplicação imediata, podendo ser restringido por legislação infraconstitucional.
-
31. O prefeito do Município W celebrou com o Estado um convênio para repasse de verbas relacionadas à prestação de transporte escolar. Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, em sede de tomada de contas especial, constatou irregularidades na prestação de contas relativa ao convênio, aplicando sanção de multa ao prefeito, considerado pessoalmente responsável pelas irregularidades, à luz das circunstâncias do caso. No caso em questão, a aplicação da sanção é
- (A) válida, mas depende de confirmação da Câmara Municipal.
 - (B) válida, pois tal julgamento é de competência do Tribunal de Contas do Estado.
 - (C) inválida, pois as contas do Prefeito somente podem ser julgadas pela Câmara Municipal respectiva.
 - (D) válida, mas depende de confirmação da Assembleia Legislativa.
 - (E) inválida, pois as contas do Prefeito somente podem ser julgadas pela Assembleia Legislativa.
-
32. A Lei nº 14.133/2021 previu várias hipóteses de rescisão dos contratos administrativos. Considere as seguintes situações:
- I. Atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas.
 - II. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.
 - III. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou concessão de recuperação judicial da empresa.
- Corresponde à descrição legal o que consta em
- (A) I, II e III.
 - (B) II e III apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
-
33. A Lei nº 13.869/2019 (Lei do Crime de Abuso de Autoridade)
- (A) afirma a independência das instâncias, sendo absolutamente vedada a repercussão em outras esferas de responsabilidade dos efeitos das decisões proferidas em âmbito criminal.
 - (B) não se aplica a condutas praticadas por agentes do Poder Legislativo sujeitos à imunidade parlamentar.
 - (C) admite ação privada pelo ofendido se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, o que não impede o Ministério Público de repudiar a queixa oferecida.
 - (D) dispensa o dolo específico, para fins de responsabilização criminal das condutas ali descritas.
 - (E) considera abuso a conduta baseada em interpretação desconforme às fixadas em precedentes qualificados dos Tribunais Superiores.



34. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a licitação
- (A) para aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
 - (B) nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem, exclusivamente para aquisição de material bélico ou relacionado à segurança.
 - (C) para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
 - (D) quando a União, o Estado ou Município tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
 - (E) para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
-
35. Um condenado criminalmente sob a custódia do Estado em estabelecimento prisional conseguiu fugir do presídio e, na fuga, roubou veículo automotor e atropelou um pedestre, que acabou falecendo. Seis meses depois, o mesmo fugitivo consumou um latrocínio. Consoante a jurisprudência do STF, o Estado
- (A) responderá apenas pelo primeiro evento danoso, em vista da ausência de nexo causal no segundo caso.
 - (B) responderá apenas pelo segundo evento danoso, em vista da natureza dolosa do comportamento gerador do dano.
 - (C) responderá civilmente por ambos os eventos danosos, com base na teoria da responsabilidade objetiva.
 - (D) não responderá civilmente, haja vista que o autor não é agente público.
 - (E) responderá civilmente por ambos os eventos danosos, com base na teoria da culpa do serviço.
-
36. Determinada gleba de terra em área rural foi objeto de ação discriminatória, constatando-se a sua natureza de terra devoluta. Sabe-se que tal gleba coexiste com outras propriedades de titulação privada existentes no mesmo perímetro discriminado, sendo este situado no interior de uma unidade de conservação (área de proteção ambiental). Tendo em vista que a gleba é de pequena extensão (30 hectares) e vem sendo comprovadamente ocupada há mais de vinte anos por um pequeno sítio e sua família, que nela residem e produzem, é correto concluir que a área
- (A) é considerada de propriedade do sítio, tendo em vista que o caráter devoluto opera uma presunção relativa em relação à titularidade estatal do bem, podendo ser afastada tal presunção pela prova da posse mansa e pacífica.
 - (B) deve ser objeto de instituição de servidão administrativa em favor do sítio, tendo em vista o princípio da função social da propriedade da terra.
 - (C) foi usucapida, visto que há posse ininterrupta e sem oposição há mais de 15 anos.
 - (D) pode ser objeto de legitimação de posse, desde que o ocupante não seja proprietário de outro imóvel rural e que a área não se afigure necessária à proteção dos ecossistemas naturais.
 - (E) deve ser objeto de desocupação, pois nenhuma propriedade privada pode existir no interior de unidades de conservação.

Direito Penal

37. Brutus, mediante violência e grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, tentou subtrair para si o veículo da vítima César, bem como seus bens pessoais e de sua esposa, Agripina. Na data dos fatos, Brutus efetuou disparo com sua arma de fogo em direção ao veículo das vítimas quando estas escapavam da ação criminosa, apontando em direção à cabeça da vítima Agripina que ficou ferida com estilhaços de vidro da janela do automóvel e foi atingida de raspão em seu queixo pelo projétil. Diante do caso hipotético acima narrado, levando em consideração tão somente as informações apresentadas, Brutus praticou, em tese, o crime de
- (A) latrocínio tentado.
 - (B) tentativa de homicídio.
 - (C) tentativa de roubo e disparo de arma de fogo em via pública.
 - (D) tentativa de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo.
 - (E) latrocínio consumado.
-
38. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, sobre os crimes contra a dignidade sexual, e relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher,
- (A) a aplicação da agravante prevista no Código Penal que tutela a violência contra mulher, não pode ser aplicada em conjunto com as disposições da Lei Maria da Penha para o crime de lesão corporal qualificada pela violência doméstica, sob pena de *bis in idem*.
 - (B) a vulnerabilidade e a hipossuficiência da mulher são podem ser presumidas, sendo necessária a demonstração da motivação de gênero para que incida a Lei Maria da Penha.
 - (C) a ausência de reação física enérgica ou o fato de a vítima eventualmente se submeter ao ato excluem, por si só, o crime de estupro.
 - (D) qualquer ato libidinoso contra menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável consumado, não sendo cabível a modalidade tentada.
 - (E) a ausência de relação duradoura de afeto afasta a incidência do sistema protetivo da Lei Maria da Penha.



39. Horácio, policial civil, exercendo suas funções no centro da cidade de Teresina, resolve estacionar a viatura que conduzia em frente a uma lanchonete, a fim de fazer uma refeição. Na ocasião, deixou as chaves na ignição da viatura. Distraído, Horácio não percebe que uma pessoa não identificada ingressou no interior do automóvel e o subtrai do local. Diante da situação hipotética acima descrita, e utilizando somente das informações fornecidas, Horácio
- (A) poderá ser responsabilizado pelo crime condescendência criminosa.
 - (B) poderá ser responsabilizado pelo crime de peculato culposo.
 - (C) não poderá ser responsabilizado, pois não praticou nenhum crime.
 - (D) praticou o crime de furto qualificado em concurso de pessoas.
 - (E) praticou o crime de prevaricação.
-
40. No julgamento do RE 635.659/SP, o Supremo Tribunal Federal enfrentou o tema da constitucionalidade do art. 28, da Lei nº 11.343/2006, que tipifica o porte de drogas para consumo pessoal. Nesse julgamento, foram estabelecidas algumas teses:
- I. Não comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, a substância *cannabis sativa*, sem prejuízo do reconhecimento da ilicitude extrapenal da conduta, com apreensão da droga e aplicação de sanções de advertência sobre os efeitos dela e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
 - II. Nos termos da lei, será presumido usuário quem, para consumo próprio, adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, até 60 gramas de *cannabis sativa* ou oito plantas-fêmeas, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito.
 - III. A apreensão de quantidades superiores aos limites fixados na decisão impede o juiz de concluir que a conduta é atípica, diante da presunção absoluta provocada pela quantidade apreendida.
 - IV. Em se tratando da posse de *cannabis sativa* para consumo pessoal, a autoridade policial apreenderá a substância e notificará o autor do fato para comparecer em juízo, na forma do regulamento a ser aprovado pelo CNJ.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

Direito Processual Penal

41. No âmbito das ADIns 2.943/DF, 3.309/DF e 3.318/MG, o Supremo Tribunal Federal reiterou que o Ministério Público dispõe de atribuição concorrente para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado. Dentre as exigências estabelecidas para a promoção de investigações pelo Ministério Público estão:
- I. a comunicação imediata ao juiz competente sobre a instauração e o encerramento de procedimento investigatório, com o devido registro e distribuição.
 - II. a contagem de prazos em dobro para a conclusão de inquéritos policiais, diante da prerrogativa processual do Ministério Público.
 - III. a desnecessidade de autorização judicial para eventuais prorrogações de prazo, vedando-se, contudo, as renovações desproporcionais ou imotivadas.
 - IV. a distribuição por dependência ao juízo que primeiro conhecer de procedimento investigatório criminal ou inquérito policial a fim de buscar evitar, tanto quanto possível, a duplicidade de investigações.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.



42. Em audiência judicial em que se apura a prática de crime sexual contra mulher, a defesa do acusado, durante a oitiva da vítima, passou a questioná-la sobre seu comportamento, dando a entender que, de uma forma ou de outra, a conduta da vítima poderia ter influenciado a prática do crime pelo acusado. Constatando-se a tese da defesa, o membro do Ministério Público, imediatamente, pediu a intervenção do juiz. Diante de tal situação hipotética, evidenciando que, de fato, buscava a defesa a desqualificação da vítima mulher, o juiz
- (A) negará o pedido do membro do Ministério Público, pois o comportamento da vítima é um dos elementos utilizados para a fixação da pena base do acusado, devendo ser assegurada à defesa a valoração negativa de aspectos da vida pregressa ou comportamento social da vítima.
 - (B) deverá advertir a defesa para que não utilize de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima, permitindo-se, contudo, a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos, inclusive sobre a vida sexual pregressa da ofendida.
 - (C) deverá advertir o advogado de que somente poderão ser levados em consideração o modo de vida e a vivência sexual das vítimas, caso devidamente comprovados nos autos.
 - (D) negará o pedido do membro do Ministério Público, haja vista que é prerrogativa do advogado, diante do princípio da ampla defesa, utilizar-se de todos os meios para a defesa de seu cliente.
 - (E) tem por dever coibir a prática da desqualificação da vítima mulher, impedindo tais abordagens durante o processo, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal.

43. ***“Em Teresina, Patrulha Maria da Penha tem alta de 376% em atendimentos em 2024***

A descentralização do programa proporcionou o aumento no número de mulheres atendidas e uma diminuição nas ocorrências de violência doméstica.

De acordo com informações da Secretaria de Segurança Pública (SSP-PI), em Teresina, o programa acompanhou 1.305 medidas protetivas de urgência em 2024, um aumento de 376% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 274 medidas”.

(Disponível em: **Portal O Dia**. Publicada em 30/12/2024)

De acordo com as recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça, acerca da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha:

- (A) A duração das medidas está vinculada à persistência do risco à mulher, vigorando, portanto, pelos prazos determinados de 30, 60, 90 ou 180 dias, a critério do juiz.
 - (B) A revogação da medida protetiva deve ser precedida de contraditório da vítima e do agressor, dispensando-se, contudo, a comunicação da vítima em caso de extinção da medida.
 - (C) As medidas protetivas de urgência têm natureza de tutela inibitória, dependendo, assim, da existência de boletim de ocorrência, inquérito ou processo de qualquer natureza.
 - (D) Não há necessidade de revisão periódica obrigatória das medidas protetivas, mas elas podem ser reavaliadas quando houver pedido do interessado ou constatação de fim da situação de risco.
 - (E) A extinção de punibilidade, arquivamento de inquérito ou absolvição do acusado causam automaticamente a extinção da medida protetiva imposta.
44. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, sobre o Tribunal do Júri:
- (A) a plenitude de defesa exercida no Tribunal do Júri impede que o magistrado avalie a pertinência da produção da prova.
 - (B) a falta de formulação de quesito obrigatório no tribunal do júri acarreta nulidade absoluta, desde que tenha havido registro da irregularidade em ata, sob pena de preclusão.
 - (C) o réu tem direito de usar suas próprias roupas no julgamento perante o tribunal do júri, uma vez que o uniforme de preso pode influenciar na decisão dos jurados.
 - (D) para a decisão de pronúncia, é suficiente a aplicação do princípio *in dubio pro societate*.
 - (E) a soberania dos veredictos não autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada.

**Direito Civil**

45. João fez determinada proposta de negócio a Paulo, que a aceitou mediante condição, sem a qual o negócio não seria celebrado. Porém, a vontade de Paulo foi erroneamente transmitida ao proponente por meio interposto, de modo que chegou ao conhecimento de João a aceitação de Paulo à proposta original, porém sem condição alguma. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, a transmissão errônea da vontade por meios interpostos
- (A) é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
 - (B) é anulável apenas se for requerida no prazo prescricional de 30 dias contado da data em que realizada.
 - (C) é anulável apenas se for requerida no prazo decadencial de 30 dias contado da data em que realizada.
 - (D) é causa de nulidade absoluta.
 - (E) não autoriza sua anulação em nenhuma hipótese.
-
46. Por instrumento particular sem indicação de data e do lugar onde foi passado, Letícia transmitiu a Leandro um crédito contra Paulo, sem a prévia concordância deste. Considerando que, nesse caso, todos os envolvidos eram maiores e capazes e que a cessão de crédito não era vedada pela natureza da obrigação nem por convenção com o devedor, de acordo com o Código Civil, essa cessão é
- (A) nula de pleno direito, pois a cessão de crédito, mesmo quando não vedada por convenção com o devedor, exige prévia concordância deste.
 - (B) válida, porém ineficaz em relação a terceiros, porque formalizada por instrumento particular sem indicação de data e do lugar onde foi passado.
 - (C) válida e eficaz em relação a terceiros, a partir de quando estes dela venham a ter conhecimento, mesmo tendo sido formalizada por instrumento particular sem indicação de data e do lugar onde foi passado.
 - (D) nula de pleno direito, pois a cessão de crédito exige instrumento público.
 - (E) nula de pleno direito, pois, quando firmada por instrumento particular, depende de indicação da data e do lugar onde este foi passado.
-
47. Em ação proposta por pessoa brasileira perante autoridade judiciária estrangeira relativamente a bem imóvel situado no Brasil, o autor teve todos os seus pedidos acolhidos por sentença transitada em julgado. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, referida sentença
- (A) poderá ser executada no Brasil, independentemente de homologação por tribunal superior, desde que esteja revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida, tenha sido traduzida por intérprete autorizado e as partes tenham sido validamente citadas.
 - (B) não poderá ser executada no Brasil, pois a lei nacional não reconhece a competência de autoridade judiciária estrangeira para conhecer de quaisquer ações propostas por pessoa brasileira.
 - (C) não poderá ser executada no Brasil, pois a lei nacional não admite a competência de autoridade judiciária estrangeira para conhecer das ações relativas a bens imóveis situados no Brasil.
 - (D) poderá ser executada no Brasil somente depois de homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) poderá ser executada no Brasil somente depois de homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
-
48. Em relação ao Código Civil, os empreendimentos de economia solidária
- (A) são pessoas jurídicas de direito público e privado.
 - (B) não são dotados de personalidade jurídica.
 - (C) são pessoas jurídicas de direito privado.
 - (D) são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (E) são pessoas jurídicas de direito público externo.
-
49. De acordo com o Código Civil, os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro são denominados
- (A) benfeitorias voluptuárias.
 - (B) gravames.
 - (C) acessões.
 - (D) benfeitorias úteis.
 - (E) pertencas.



50. Num acidente de carro, os pais de Laura, então menor impúber, vieram a falecer. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Laura será posta em
- (A) curatela, a ser exercida, prioritariamente, por algum ascendente, preferindo-se o de grau mais próximo ao mais remoto, somente se admitindo a nomeação de curador testamentário na falta de parente consanguíneo apto ao exercício da curatela.
 - (B) tutela, até os 16 anos de idade, e curatela, depois de completar 16 anos de idade, competindo o exercício da tutela ou curatela, prioritariamente, a algum ascendente, preferindo-se o de grau mais próximo ao mais remoto, somente se admitindo a nomeação de tutor ou curador testamentário na falta de parente consanguíneo apto ao exercício da função.
 - (C) tutela, a ser exercida, prioritariamente, por algum ascendente, preferindo-se o de grau mais próximo ao mais remoto, somente se admitindo a nomeação de tutor testamentário na falta de parente consanguíneo apto ao exercício da tutela.
 - (D) tutela, a ser exercida, prioritariamente, pelo tutor que houver sido conjuntamente nomeado pelos pais por testamento ou outro documento autêntico, mesmo que não se trate de parente consanguíneo dela.
 - (E) curatela, a ser exercida, prioritariamente, pelo curador que houver sido conjuntamente nomeado pelos pais por testamento ou outro documento autêntico, mesmo que não se trate de parente consanguíneo dela.
51. Em conformidade com o Estatuto da Pessoa Idosa, os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil, e a obrigação alimentar
- (A) não é solidária, sendo vedado à pessoa idosa optar entre os prestadores.
 - (B) é solidária, porém apenas em relação aos parentes de mesmo grau, sendo vedado à pessoa idosa optar entre os prestadores.
 - (C) não é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.
 - (D) é solidária, sendo vedado à pessoa idosa optar entre os prestadores
 - (E) é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores.
52. De acordo com o Código Civil, podem ser adquiridos por usucapião
- (A) somente os bens imóveis, inclusive os públicos.
 - (B) tanto bens móveis quanto imóveis, com exceção dos públicos.
 - (C) os bens imóveis, com exceção dos públicos, e os bens móveis, inclusive os públicos.
 - (D) tanto bens móveis quanto imóveis, inclusive os públicos.
 - (E) somente os bens imóveis, com exceção dos públicos.

Direito Processual Civil

53. No Código de Processo Civil, a improcedência liminar do pedido
- (A) só pode ser impugnada por agravo de instrumento.
 - (B) não admite retratação, em caso de interposição de recurso.
 - (C) prescinde da citação do réu.
 - (D) deve ser precedida da citação.
 - (E) pode ocorrer nos processos que necessitem da fase instrutória.
54. De acordo com o Código de Processo Civil, na contestação
- (A) é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
 - (B) o réu deve, antes do mérito, alegar a ocorrência de coisa julgada, cujo reconhecimento acarreta a extinção do processo com resolução de mérito.
 - (C) o réu deve, antes do mérito, alegar a ocorrência de prescrição, cujo reconhecimento acarreta a extinção do processo sem resolução de mérito.
 - (D) é defeso ao réu alegar a incompetência absoluta ou relativa.
 - (E) incumbe ao réu manifestar-se sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, inclusive se a seu respeito não for admissível a confissão.
55. De acordo com o Código de Processo Civil, reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for(em) comum(ns) o pedido
- (A) e a causa de pedir, caso em que serão reunidas para decisão conjunta, ainda que uma delas já tenha sido sentenciada.
 - (B) e a causa de pedir, o que não se estende à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico.
 - (C) ou a causa de pedir, caso em que serão reunidas para decisão conjunta, salvo se uma delas já houver sido sentenciada.
 - (D) ou a causa de pedir, o que não se estende à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico.
 - (E) e as partes mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abranger o da outra.



56. Considere as proposições abaixo, acerca do inventário e da partilha.
- I. A legitimidade para requerer o inventário e a partilha é exclusiva de quem está na posse e administração do espólio.
 - II. Incumbe ao inventariante, ouvidos os interessados e com autorização do juiz, alienar bens de qualquer espécie e transigir em juízo ou fora dele.
 - III. A existência de dívida para com a Fazenda Pública impede o julgamento da partilha, ainda que seu pagamento esteja devidamente garantido.
 - IV. O juiz pode, em decisão fundamentada, deferir antecipadamente a qualquer dos herdeiros o exercício dos direitos de usar e de fruir de determinado bem, com a condição de que, ao término do inventário, tal bem integre a cota desse herdeiro, cabendo a este, desde o deferimento, todos os ônus e bônus decorrentes do exercício daqueles direitos.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

57. De acordo com o Código de Processo Civil, os embargos de terceiro
- (A) podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor.
 - (B) podem ser opostos no cumprimento de sentença ou no processo de execução até 5 dias depois da formalização da penhora.
 - (C) admitem a alegação de posse mas não de domínio alheio.
 - (D) não podem ser propostos pelo cônjuge casado no regime da separação obrigatória.
 - (E) demandam sempre citação pessoal, ainda que o embargado tenha procurador constituído nos autos da ação principal.

58. Segundo o Código de Processo Civil, a liquidação de sentença
- (A) não pode ocorrer na pendência de recurso.
 - (B) por arbitramento deve ser instaurada de ofício quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida e houver necessidade de alegar e provar fato novo, sendo vedado rediscutir a lide ou modificar a sentença que a julgou.
 - (C) pelo procedimento comum ocorre a requerimento do credor ou do devedor quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida e houver necessidade de alegar e provar fato novo, sendo vedado rediscutir a lide ou modificar a sentença que a julgou.
 - (D) pelo procedimento comum dispensa a apresentação de contestação.
 - (E) por arbitramento deve ser instaurada de ofício quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida e houver necessidade de alegar e provar fato novo, caso em que poderá ser rediscutida a lide e modificada a sentença que a julgou.

59. Em conformidade com o Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença
- (A) deve ser iniciado de ofício, caso a sentença haja condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação.
 - (B) será efetuado, em regra, perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, podendo o exequente optar pelo juízo do atual domicílio do executado, pelo juízo do local onde se encontrem os bens sujeitos à execução ou pelo juízo do local onde deva ser executada a obrigação de fazer ou de não fazer, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.
 - (C) que condene ao pagamento de prestação alimentícia é extinto pelo cumprimento da pena de prisão, que exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas.
 - (D) somente pode ocorrer após o trânsito em julgado da sentença.
 - (E) que condene ao pagamento de prestação alimentícia é extinto pelo cumprimento da pena de prisão, que exime o executado do pagamento das prestações vencidas, mas não das vincendas.

60. Em relação ao Código de Processo Civil, as ações possessórias
- (A) são fungíveis e dúplices, além de admitirem a cumulação de pedido condenatório ao possessório.
 - (B) não admitem o litisconsórcio passivo.
 - (C) são regidas pelo procedimento especial independentemente do tempo transcorrido entre a turbação ou esbulho e a distribuição da ação.
 - (D) devem ser suspensas se proposta, pelo autor ou pelo réu, um contra o outro, ação de reconhecimento do domínio.
 - (E) admitem pedido contraposto, desde que veiculado por meio de reconvenção.

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: item 10.3 Na Prova Discursiva-Redação o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. [...] 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Texto I

"É tolice querer uma pessoa ter opinião sobre assunto que desconhece."

(RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**)

Texto II**A Tragédia do mercado de opiniões**

Com certo sarcasmo, ou metalinguagem, posso afirmar que não há custo adicional para usar a opinião e seu uso tem sido excessivo, o que pode levá-la, senão à extinção, ao menos ao descrédito – e ela mesma tem outra camada de metalinguagem: trata-se do mercado de opiniões. Com a amplitude e a velocidade das redes, todos podem falar sobre tudo, da forma que quiserem, sem qualquer necessidade de fundamentação ou critério.

(Adaptado de: PIVA, Luiz Guilherme. Disponível em: **Folha de São Paulo**. Caderno Tendências/Debates)

Considerando a frase de Graciliano Ramos e o artigo de opinião de Luiz Piva, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

É preciso cautela para emitir uma opinião?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	



20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO